

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E
GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT1: Gêneros, Identidades e Cultura

**MULHER E ESCRAVA: UMA ANÁLISE DO TRABALHO
DE GANHO EM BELÉM DO GRÃO-PARÁ DE 1840 A
1860**

Adria da Silva Brito

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dr. Prof. Luiz Augusto Pinheiro Leal

Universidade Federal do Pará (UFPA)

MULHER E ESCRAVA: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DE GANHO EM BELÉM DO GRÃO-PARÁ DE 1840 A 1860

Resumo: O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre as escravas de ganho que apareciam nos jornais de Belém do Grão-Pará durante os anos de 1840 a 1860. O objetivo principal é analisar e compreender as atividades das escravas de ganho que circulavam pelas ruas de Belém. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental baseada nos métodos e procedimentos adotados pela micro história. As escravas de ganho tiveram papel relevante na sociedade escravocrata no Brasil do século XIX. Na Província do Pará o trabalho de ganho proporcionou as mulheres escravas a mobilidade social uma vez que transitavam pelas ruas praças e até nas festas da igreja, e assim mantinham contatos sociais com outros sujeitos, e até certa liberdade, liberdade essa restrita pelo controle das autoridades, leis e decretos.

Palavras chaves: Gênero. Escravas. Trabalho de Ganho. Grão-Pará. Jornais.

Abstract: This paper presents the results of research on gain slaves that appeared in the newspapers of Belém do Grão-Pará during the years from 1840 to 1860. The main objective is to analyze and understand how activities of gain slaves that circulate in the streets of Belém. The methodology used was a documentary research used in the methods and procedures adopted by the micro history. As slaves of gain they played a relevant role in nineteenth-century slave society in Brazil. Pará Province or gain work provided as women slaves in social mobility, as they pass through the streets and even church parties, and thus maintain social contacts with other individuals, and even some freedom, freedom and restricted by the control of the authorities, laws and decrees.

Keywords: Gender. Slaves. Gain work. Grand Pará. Newspapers.

Introdução

Este trabalho pretende abordar questões relacionadas ao gênero, mais especificamente sobre o universo social das mulheres negras escravizadas, que eram alugadas vendidas ou preteridas nas páginas dos jornais que circulavam em Belém do Grão-Pará nos anos de 1840 a 1860. Nas primeiras décadas do século XIX, houveram uma série de mudanças administrativas, econômicas, sociais, populacional e espacial, que tornaram a vida na província do Pará mais dinâmica, principalmente no comércio e nas ruas, já que Belém funcionava como entreposto comercial (REIS, A, 1978, p. 243).

Durante a primeira metade do século XIX, a província do Grão-Pará passou por mudanças e agitações próprias do processo que ocorriam no império brasileiro. Nos anos de 1840, no período pós cabanagem, o Pará se reestabelecia do movimento cabano, e dava início ao processo de “pacificação” (BEZERRA NETO, 2001, p. 100), a província do Pará ainda ressentia os abalos na produção e na comercialização de gêneros, e a falta da população indígena, negra e branca, de todas as “classes”, causada pela devastação e mortandade da revolução cabana, muitos foram obrigados a fugir de seus lugares (MOURA, 2009, p. 107). Na fala do presidente Soares d’ Andrea (1838), a Província se encontrava em um estado lamentável, certamente pela

desestruturação da economia, afetado pelo ambiente violento e inseguro que os conflitos gerariam. Os conflitos que espalharam pelo Grão-Pará e Amazônia causaram inúmeros transtornos à produção e ao comércio paraense, sendo necessários alguns anos para que a província se recuperasse dos abalos sofridos.

O comércio somente se reestabelecerá no início da segunda metade do século XIX, com a importação da borracha e de outros gêneros alimentícios (BATISTA, 2009, p. 128 a 129), esse reflorescimento na economia, proporcionará ao Grão-Pará grandes mudanças, como construções, pavimentações e urbanizações, não só no aspecto econômico, mas também quanto ao número populacional. Em 1832, ano que antecede a cabanagem a população total, de acordo com Baena (2004), contava com 12.467 habitantes, e a população escrava significava quase metade desse contingente, com 5.715 escravizados, as mulheres escravas eram cerca de 2.463, enquanto os escravos do sexo masculino possuíam 3.252. Já no período pós movimento cabano, no 1848, podemos verificar, a população escrava pouco aumentará. No relatório de Jerônimo Francisco Coelho, apresentado a sessão ordinária da 6ª Legislatura, 1º de outubro de 1848, a população de Belém, das três freguesias (Sé, Santa Ana, e Santíssima Trindade), continha 16.092 habitantes, entre os quais havia 5.085 escravos, contando com 2.496 homens e 2.589 mulheres escravizados. O que chama atenção para os dados, é de que a população escrava pouco cresceu, em relação aos anos anteriores, mas ainda constituíam um terço da população urbana de Belém.

No meio de todas essas mudanças âmbito, encontravam-se as escravizadas, que desempenhavam várias funções e atividades nos setores da economia escravista, e estavam presentes nos espaços do trabalho, deixando fortes marcas e estabelecendo laços com as várias camadas da sociedade, seja através dos trabalhos de cunho mais “domésticos” como também na qualidade de “escravas de ganho” (PALHA, 2001, p. 20). “Os escravos de ganho eram aqueles que após fazerem alguns serviços na casa de seus senhores iam para as ruas em busca do trabalho. Alugavam seu tempo a um outro, e deviam no final de determinado período entregar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida” (ALGRANTI, 1988, p. 49). A escravidão de ganho era bastante diversificada, e ao circularem pelas ruas de Belém, mantinham contato com diversos sujeitos, sejam livres ou escravizados, formavam suas redes de relacionamentos, as quais eram tão temidas pelas autoridades que estavam a frente do governo do Grão-Pará, especialmente no pós- cabanagem (PALHA, 2001, p. 19). Segundo Vicente Salles (1971), o negro que estava presente na cidade gozava de maior liberdade, pois ele extrapolava a vida doméstica, devido muitas das vezes ter que trabalhar fora para sua própria subsistência, além de possibilitarem ao senhor uma vida

completamente ociosa e estéril, como escravos de ganho ou de aluguel, estavam pelas ruas da cidade de Belém. Deste modo este trabalho procura entender, quais funções e atividades as escravizadas ocupavam na cidade de Belém durante o período de 1840 a 1860? Quais eram as condições a quais a negra eram submetidas no Brasil escravista?

No Brasil os estudos sobre a mulher são muito recentes. Se a mulher, de modo geral, é objeto de um campo novo de estudos, o que dizer da mulher negra? O estudo sobre a mulher no Brasil, vem se renovando desde dos anos 1970, apesar dos primeiros trabalhos terem priorizado a mulher pobre e marginalizada como agente de transformação, revolucionando o pensamento dominante do homem, aproximados dos debates da história social, optou por também por um conceito de cultura feminina. Durante esse mesmo período, alguns trabalhos aproximados dos pensamentos foucaultianos de micro poder e o rompimento do sujeito, aproximaram-se da categoria gênero (ALVES., 2017, p. 13).

Uns dos primeiros trabalhos sobre a mulher negra no Brasil, foi o de Maria Odila Leite da Silva Dias (2005), *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, publicado em 1984, Dias analisa o cotidiano das mulheres durante a escravidão, e as estratégias de sobrevivência das padeiras, lavadeiras e vendedeiras, bem como relação entre senhoras e ganhadeiras. Outro trabalho publicado na mesma década, é o de Sonia Giacomini (1988), *MULHER E ESCRAVA: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*, ela ressalta a forte exploração que as mulheres negras sofriam, e olhar estereotipado dos viajantes sobre o corpo da mulher negra, além de criticar as análises de Gilberto Freyre.

A discussão sobre gênero no Brasil, será ampliado a partir da década de 1990, nas principais universidades brasileiras, as quais deram frutos a diversos trabalhos sobre os mais variados temas, incluído o estudo do cotidiano, laços de solidariedade, estratégias de sobrevivência escravista urbana e rural, mobilidade social, alforrias, abolição e no pós - abolição. É a partir desta década que a mulher negra será vista com um olhar mais específico, incluídas no contexto da escravidão, de dominação e resistência, e nas relações de poder. (ALVES., 2017, p. 14).

A história das mulheres, foi excluída da historiografia tradicional por muito tempo, no entanto muitas mulheres começaram a lutar por seus direitos de escrever e de se ver representadas na história, já que sempre se valorizou a história dos homens, feitas por homens e para homens, enquanto às mulheres ficaram a margem da história. Desafiando um sistema patriarcal, as mulheres lutavam pelo alargamento das temáticas e inovação nas produções intelectuais que demonstrassem que, as contribuições

femininas para a história são necessárias para compreensão dos acontecimentos que envolvem a história em todo seu complexo. Margareth Rago (1995, p.81) em seu texto diz que é necessário refletir sobre a História, pois segundo ela, “esta não narra o passado mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história.”, Rago (1995) critica a história escrita somente por historiadores, e se revermos a historiografia tradicional do Brasil colonial, pouco se vê sobre a mulher, ou seja, a perspectiva da participação da mulher é quase pequena, se comparada à outros temas, que narram as ações individuais e coletivas marcadamente masculinas, como se a história nos contasse apenas dos “homens e suas façanhas”.

O homem foi objeto de vários estudos, principalmente o homem branco, seja pela quantidade de fontes existente sobre eles, ou seja pelos que escreveram a história sempre estiveram interessados em ressaltar as trajetórias, a vida, o trabalho, os fatos heroicos, as contribuições masculinas, ou seja, pelo fato de ocultar, o que não lhes interessa, que são: as mulheres, as negras, os negros, indígenas, crianças, trabalhadores rurais, entre outras infinidades de sujeitos que fazem e sempre fizeram parte da história, mas que estiveram oculto dela até recentemente (MOTT, 1988, p. 11).

Na história há um duplo um silêncio, há um silêncio sobre as classes exploradas, pois a história é das classes dominantes, soma-se ao silêncio das mulheres em geral, já que a história é masculina, assim este trabalho, pretende abordar uma reflexão sobre a mulher escravizada, levando em conta as experiências, as atividades por elas desempenhadas, a mobilidade social traçada por estas mulheres, e assim contribuir para a história das mulheres negras, pois, “a miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história” (PERROT, 2005, p. 152). Por isso, se torna necessário, contribuir e matizar a compreensão acerca do papel social das escravas de ganho em Belém do Pará 1840 a 1860.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa documental, tendo como fonte primária os anúncios de jornais do século XIX da província do Grão-Pará sobre as negras que trabalhavam na função de escravas de ganho. De acordo com Schwartz (1987), este tipo de fonte de caráter documental, podem trazer diversas informações acerca do enunciado, pois é possível compreender diversas dimensões, e diferentes significados a partir de um mesmo artigo, e que os jornais constituem importantes fontes de análises, e devem ser entendidos “enquanto ‘produto social’, isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”, mas que carregaram em si vários

“pedaços de significação” que ao serem juntados podem nos oferecer pistas importantes para nossos temas (p. 14,15). Baseada nos métodos e procedimentos adotados pela micro história, sendo esta uma redução na escala de observação, em uma análise microscópica, baseada em um estudo intensivo do material documental (LEVI, 1992, p. 138,139).

Assim, a seguinte pesquisa tem como base os anúncios de jornais do período de 1840 a 1860, que são fontes essenciais para compreender o universo das escravas de ganho, já que estes tratam da venda e aluguel das escravas de ganho, bem como as atividades praticadas por elas, são estes: O Publicador Paraense (1841-1853), O planêta (1849-1853), o Paraense (1843), o Gazeta Oficial (1859) e principalmente O Treze de Maio (1840-1862).

O trabalho de ganho das mulheres negras de 1840 – 1860.

Bando de mulheres negras vistosamente trajadas, enfileiram-se ao longo do caminho, que vai desembocar na entrada da igreja, com suas barraquinhas de bebidas, doces e cigarros (BATES, 1979, p. 45).

Na primeira metade do século XIX, a presença das escravas nas ruas de Belém, foi um fenômeno muito comum, que impressionou os viajantes estrangeiros que visitaram a cidade, pois estas se aglomeravam nas ruas com suas cestas de vendas e até em “barraquinhas” para vender doces, bebidas e cigarro, como observou o naturalista Henry Bates (Ibidem). Nas ruas os escravos possuíam uma maior liberdade, podiam transitar pelo mercado, igarapés e fontes de água, ruas e até nas igrejas. Desenvolvendo as mais diversas atividades, que iam desde das atividades de ambulantes, até as atividades domésticas. (PALHA, 2001. p.)

As escravas de ganho eram trabalhadoras características da cidade urbana, que extrapolavam o convívio senhorial, e podiam até ‘pernoitar’ fora das casas dos seus senhores, ou alugar casas, desenvolvendo assim relacionamentos sociais com outros cativos, libertos ou livres (SALLES, 1971, p.174), segundo Katia Mattoso (1988, p. 111) “o escravo urbano, circula nas ruas, estabelece vínculos com os homens livres e humildes, seus irmão trabalhadores, e sente-se, sem dúvida, menos prisioneiro de sua condição do que do que escravo rural”, o escravo da cidade tinha uma certa autonomia, se comparados aos escravos do espaço rural. Vicente Salles (1971, p.174), ao se referir aos negros de ganho, diz que eles se tornaram um tipo característico da cidade colonial, e que era muito comum os negros exercerem atividades comerciais no mercado urbano.

Os negros da cidade, “(...) gozavam de maior liberdade. Extrapolavam a vida doméstica. As vezes tinham que trabalhar para sua própria subsistência, além de possibilitarem vida completamente ociosa e estéril aos senhores” (Ibidem p. 114). Muitos senhores viviam às custas do trabalho de ganho dos seus escravos, pois alugavam a sua força de trabalho, à um terceiro para auferir lucros e quando estes não eram alugados, ao final do dia eram mandados as ruas para venderem, e deviam no final da jornada, entregar aos seus senhores uma quantia previamente estabelecida, sistema chamado de jornal, é importante frisar que mesmo que a quantidade não fosse atingida, e nem mesmo ultrapassada, o importante era pagar e não faltar com o acordo, para evitar punições (ALGRANTI, 1988, p.49). Segundo Marilene Silva (1988, p.118), os senhores estipulavam a renda diária, que acordo com sexo, a idade, e atividade desenvolvida pelo escravo na cidade.

As escravas de ganho, foram figuras marcantes de diversas cidades brasileiras no início do século XIX. Em Salvador, por exemplo, Soares (1994, p.22), registrou que havia um grande número de negras de ganho que realizavam serviços para terceiros fora da residência senhorial, eram “vendedoras ambulantes, lavadeiras, engomadeiras”. Em minas gerais, Liana Reis (1988, p. 76), constatou que as mulheres negras realizavam as mais diversas atividades, além de trabalharem nos serviços domésticos, eram vendedoras ambulantes e quitadeiras, que vendiam doces e comestíveis nas minas de ouro. E no Rio de Janeiro, segundo Luís Carlos Soares (1988, p. 112), “O comercio ambulante carioca apresentava uma grande variedade e quase todas as mercadorias eram vendidas por escravos de ganho pelas ruas da cidade(...)”, os cativos ficavam pelas praças, praias e porta da igreja, com seus cestos e tabuleiros ou com suas pequenas barracas improvisadas, constatou também que havia a presença de escravos de ambos os sexos.

Através dos anúncios presentes nos periódicos paraenses das décadas de 1840 a 1860, podemos perceber não só as diversas atividade que as escravas de ganho eram empregadas, mais também a modalidade – alugadas, vendidas e pretendidas – e ainda a idade que possuíam, as qualidades, o valor do serviço, e o lugar de negociação. Por exemplo, no anúncio abaixo, se evidencia casos de sujeitos que se propunham a alugar mulheres escravas, para empregá-las nas atividades de ganho.

Precisa-se de uma preta para vender na rua e para lavar roupa, que seja de boa conduta e fiel para uma casa de pequena família, declara-se que também pode dormir em casa de seu senhor, vindo às 6 horas da manhã e indo às 7 ou 8 da noite, não excedendo de 320 réis, por dia, quem a tiver dirija-se a esta tipografia que se dirá quem precisa (Treze de Maio, ano 6, nº 289, 7 fevereiro de 1854, p. 4).

O anúncio acima se trata de uma pessoa, que desejava alugar uma escrava para vender na rua, ou seja, para empregá-la na atividade de ganho. De acordo com Mott (1988, p.23), as escravas da cidade, além dos serviços domésticos, efetuavam outra jornada de trabalho fora da casa, “alugavam seus serviços para terceiros; faziam serviços diversos, como lavar ou até mesmo prostituir-se; ou então, e principalmente, vendiam todo tipo de mercadorias – arranjando desta forma o necessário para subsistência daquela família”. A maioria dos pequenos proprietários – caso do anunciador acima “casa de pequena família” – quando não viviam do aluguel de serviços dos escravos, viviam da renda obtida do serviço de ganho dos escravos, principalmente esses que eram pequenos e médios proprietários, segundo Maria Odila Dias (1988, p.124) viver dos serviços de ganho dos escravos, era costume no Brasil colonial, desde do século XVII, especialmente entre as mulheres mais pobres, assim também como outros segmentos sociais, que almejavam obter lucros. Para Dias:

Viver dos jornais de seus escravos era costume enraizado nas vilas do Brasil colonial, que veio se intensificando através do século XVIII; era um meio de sobrevivência preferido por viúvas remediadas e pequenos funcionários da administração pública, que alugavam caro os seus escravos de ofício, acirrando os interesses das autoridades do fisco (DIAS, 1988, p.124).

Sobre o que pesquisou da escravidão urbana em São Paulo, Dias (ibidem) informa que a atividade do comércio era comum entre as mulheres africanas, carregavam consigo conhecimentos culturais de seus locais de origem e, de acordo com tais tradições, às mulheres eram delegadas as tarefas de alimentação e circulação de gêneros alimentícios. Em contrapartida, da habilidade das escravas usufruíam as proprietárias empobrecidas e os pequenos proprietários dos jornais ganhos.

Nos próximos três anúncios abaixo dos periódicos – O planeta (1850), Publicador paraense (1849) e Treze de maio (1845), podemos observar a modalidade com a qual elas eram empregues, aluguel ou venda.

Vende-se uma escrava de nação, de idade de 36 anos pouco ou mais ou menos, boa vendideira e compradeira, cozinha, lava e faz todo e qualquer arranjo de casa de família: quem pretender comprar, dirija-se a João Valente de Almeida Feijão, na rua de S. Vicente para tratar dos ajustes (O Planeta, ano 2, nº 95/96, 5 de dezembro de 1850, p. 8).

Vende-se uma mulata de idade 35 a 40 anos, que sabe coser, lavar, engomar, cozinhar e também ganhar na rua; quem a quiser comprar venha a esta tipografia que se endereçará à casa do vendedor. Deseja-se vender esta mulata pelo desgosto com

que serve o senhor (Publicador paraense, ano 1, n° 64, 24 de dezembro de 1849, p.4).

Vende-se, ou aluga-se se ùa preta lavadeira, gomadeira, cozinheira, costureira, e rendeira muito pr³pria para os arranjos de ùa caza e tractar de qualquer couza que dela lhe seja confiada: que precise dirija-se a rua do Espirito Santo caza N° 6. (Treze de maio, n° 506, 14 de maio de 1845, p.4)

Com relaça³o a venda ou aluguel das escravas na província do gr³o Par³, foram encontrados an³ncios que descreve que as escravas haviam entre 35 a 40 anos. Nos an³ncios de venda ou aluguel, elogiavam demasiadamente as qualidades das escravas, por exemplo, diziam que eram 'boa lavadeira'. Segundo Mattoso (1988, p. 111), quando se tratava de vender um escravo, n³o se economizava os elogios às suas qualidades, e os peri³dicos descreviam os como "indivídúos estimáveis e capazes". Era comum ainda dar destaque ao enunciado as qualificações das escravas, isto é, aos trabalhos que elas poderiam realizar. No primeiro an³ncio a escrava de nação era vendedeira e compradeira, além de cozinhar e lavar, sabia cuidar de todos os arranjos de uma casa. Nos outros an³ncios, as escravas também haviam mais de uma qualidade, a exemplo a mulata de 35 a 40 anos, além de realizar quase todo serviço da casa sabia 'ganhar na rua', e a preta lavadeira que sabia costurar e rendar. No entanto seria um equívoco considerar somente como escrava de ganho, o trabalho chamado ganho de rua (vendedoras), para Mattoso (1988):

(...)os escravos dom³sticos tornam-se facilmente indispensáveis aos seus senhores, aos quais se devotam cotidianamente ou lhes proporcionam o fruto do trabalho que executam fora, além das tarefas de casa. Grande n³meros de escravos dom³sticos saem com seus tabuleiros de doces e rendas que vedem nas ruas para seu senhor, proporcionando-lhes lucros suplementares n³o-desprezíveis (MATTOSO, 1988, p. 111).

Geralmente o aluguel de escravas para o serviço dom³stico, tinham por objetivo o aumento da renda dos seus senhores, quando n³o eram alugadas, eram mandadas as ruas para efetuar a venda, e muitos senhores obtinham lucros adicionais com esse tipo de serviço. Esbara-se aí, a dificuldade encontrada em detalhar o dia-a-dia dessas negras, devida a carência de fontes.

As escravas destinadas ao trabalho dom³stico, executavam mais de uma tarefa, n³o havia por exemplo escravas especializadas somente em um ofício, eram cozinheiras, costureiras, lavadeiras, engomadeiras, rendeiras e vendedoras, elas podiam ocupar uma ou mais tarefas, dependendo da necessidade da casa do senhor (Soares, 1994, p. 26). Os an³ncios dos jornais paraenses dos anos de 1840 a 1860,

anunciavam pessoas que queriam alugar, comprar ou vender negras que soubessem realizar o 'arranjo' de uma casa. Vejamos nos anúncios abaixo:

Vende-se três escravas, boas lavadeiras, engomadeiras e cozinham sofrivelmente e ordinário de caza (...). Quem pertender procure na travessa de S. Matheus caza n° 15 (Treze de maio, n° 673, 3 de fevereiro de 1847. p. 4).

Vende-se uma preta de 23 annos com uma cria de 10 mezes, bôa lavadeira, sofrível cozinheira, e apta para todo serviço de uma casa, quem pretender a comprar dirija-se a Santiago Orsy (Treze de maio, n° 617, 4 de julho de 1846, p. 4).

Precisa-se de uma negra ainda moça, e sadia que saiba lavar, engomar e cozinhar o diário de uma caza, quem a tiver e a queira vender dirija-se á Rua trindade N° 101 para se ajustar (Treze de maio, ano 9, n°870, 27 de fevereiro de 1849, p. 4).

“Vende-se uma mulata, por nome de Izidoria, de idade de 24 anos, boa engomadeira e costureira, e optima quitandeira, sem vícios conhecidos, quem pretender compra-la falle com Francisco Pereira de Brito, no Porto do Sal, que tratará do seu ajuste” (Treze de Maio, n° 499, 19 de abril de 1845, p.3)

José Fernandes de Souza, tem para vender huma preta em boa idade, a qual entende de cozinha e sabe lavar, e então se alugará em quanto não vender. (...), quem pertender, dirija-se ao anunciante na Escadinha para tratar do ajuste (Treze de maio, n° 315, 03 de junho de 1843, p. 4).

“Vende-se uma preta de idade de 26 annos, pouco mais ou menos, lavadeira, rendeira e trabalha do arranjo de casa, quem pretender comprar, dirija-se a Rua Nova caza N° 11 que se dirá a quem a vende” (Treze de Maio, n° 545, 4 de outubro de 1845, p. 4).

As informações presentes nos anúncios acima, evidenciam que as escravas domésticas possuíam várias habilidades, eram cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras e costureiras, grande parte dos anúncios revela que as escravas se encontravam ligadas as atividades domésticas, assim como se evidencia o uso da mão de obra no aluguel, “e então se alugará em quanto não vender”, a maioria das famílias que viviam em casas pequenas, não precisavam de tantos escravos para o serviço doméstico logo optavam pelo aluguel diário, quando se precisava. Foi muito regular nos anúncios apresentação de trabalhadoras com mais de uma habilidade, ou com habilidades específicas para certos tipos de trabalhos, como é o caso da Mulata Izidoria vendida por Francisco Pereira de Brito que era além de costureira e engomadeira, era ótima quitandeira, assim também como a preta de 26 anos que além dos arranjos da casa, sabia render. Barbara Palha (2011, p.96), analisando os jornais da primeira metade do

século XIX, identificou: cozinheiras, doceiras, costureiras, tecedeiras, passadeiras e outras. Eram essas habilidades particulares que diferenciavam algumas escravas no mercado urbano.

Da mesma forma que era comum o anúncio de venda e aluguel das escravas, era hábito também solicitar os serviços das escravas, ou ainda solicitar a compra, e neste caso, o requerente delimitava que tipo de habilidade que a escrava deveria possuir. No anúncio abaixo, se preferia uma mulata que tivesse idade entre 12 a 16 anos, que soubesse costurar, fazer doces e engomar, vejamos:

“Quem quiser vender uma mulatinha recolhida de 12 a 16 anos com princípios de costura, doces e goma, dirija-se a esta tipografia, que se dirá com quem deve tratar” (O planeta, n° 104, 1 de fevereiro de 1851, p. 4).

Nos anúncios já evidenciados acima neste trabalho, podemos constatar várias características dos anúncios que não podem deixar passar despercebidas. Por exemplo, o trabalho das escravas domésticas, não as excluía do espaço rua, além dos serviços da casa, percebemos que eram vendedoras, ganhadeiras, compradeiras e quitadeiras. Logo, estas funções colocavam elas nos espaços públicos, e até as escravas que eram alugadas diariamente mantinham contato com espaços públicos, uma vez que elas tinham que ir e voltar para a casa dos seus senhores.

Assim também, como as lavadeiras, que saíam da casa dos seus senhores para os igarapés, rios e fontes de água, visto que em Belém não possuía um sistema de água canalizada. Henry Battes (1979, p.14), realizando um passeio pelas Mongubeiras, descreveu que “as terras vão novamente em declive até se tornarem pantanosas, e é aí que ficam situados os poços públicos”, e se deparou com um grupo de trabalhadoras, “ Nesse local é lavada toda a roupa da cidade, trabalho esse que é feito por um bando de tagarelas escravas negras”, logo se supõem que as lavadeiras também transitavam pelas ruas das cidades, pois estas passavam o dia lavando e esperando a roupa secar, e quando voltava com as roupas já limpa e seca, ainda tinham que engomar, mesmo que “sofrivelmente” e cozinhar, como a preta Roza, que estava sendo anunciada para venda pelo Capitão Francisco de Almeida da Costa Soutto Maior. A historiadora Conceição Maria Rocha de Almeida (2010, p.189) informa sobre o árduo trabalho das lavadeiras em Belém:

(...) a lavagem de roupas dependia das saídas das lavadeiras até os lugares de lavagem das roupas, o que poderia demandar o dia inteiro, pois era preciso também, esperar a roupa secar, retirá-las das cordas, arrumá-las e transportá-las cuidadosamente pelas ruas, até o local onde seriam passadas e

engomadas. O cuidado no transporte da roupa lavada poderia evitar momentos de desassossego e contrariedade as lavadeiras, pois caso as peças fossem alvejadas com respingos de lama e similares indesejáveis, elas precisariam repetir todo o processo da lavagem.

Portanto, as negras lavadeiras, saíam das casas dos seus senhores para lavar as roupas, nos igarapés, rios e poços, ou seja, fora do convívio senhorial, configurando-se a mobilidade como uma característica essencial as atividades desenvolvidas no espaço urbano belenense, como a de lavagem de roupas.

Nos anúncios, também era frequente, destacar as qualidades e as vantagens de adquirir tal escrava. Ressaltavam nesses casos as qualidades – “Boas lavadeiras”, “boa engomadeira”, “boa vendideira e ganhadeira”, “boa idade”, de acordo com Lilia Schwartz (1987, p.134), não se economizavam os atributos positivos aos cativos, tanto que se expõem às suas qualidades profissionais como as características físicas e mesmo as morais. E em outros casos ressaltava-se que as escravas não eram tão boas em determinadas funções ou habilidades, no anúncio abaixo podemos observar que a preta Rosa engomava “sofrivelmente”:

Vende-se uma preta de nome Rosa, cozinha, lava e engoma sofrivelmente; quem a pretender comprar dirija-se ao Capitão Francisco de Almeida da Costa Soutto Maior. (Treze de maio, n° 575, 28 de janeiro de 1846, p.4)

Engomar sofrivelmente, como a preta Rosa engomava, queria dizer que o trabalho não era tão bom, quanto se pretendia, porem era tolerável. Assim como a Rosa, havia outras escravas que também efetuavam algumas tarefas sofrível, como cozinhar. Além dessas características costumava se evidenciar nos anúncios que não possuíam vícios e que eram confiáveis.

Constatamos ainda nos anúncios, o local no qual vendedor ou o comprador estava negociando, era comum cita a rua, travessa e o número da casa, por exemplo – “quem a tiver e queira vender dirija-se a Rua trindade N° 101”, “dirija-se a Rua Nova caza N° 11 que se dirá a quem a vende”, “Quem pretender procure na travessa de S. Matheus caza n° 15” –, costumava também citar o nome do negociante, como – João Valente de Almeida Feijão, Santiago Orsy, Francisco Pereira Brito, José Fernandes de Souza e o Capitão Francisco de Almeida da Costa Soutto Maior – estes são os nomes de pessoas que aparecem nos anúncios, os seja que estavam comprando ou vendendo as escravas.

Outra característica que aparece constantemente nos anúncios é a idade das escravas, geralmente possuíam uma média de 23 a 35 anos, as escravas nestas idades

eram as que mais tinham ofícios e sabiam realizar diversas tarefas pelo que pode analisar, mais também existiam anúncios que almejavam moças entre 12 a 16 anos de idade, de acordo com Soares (1994, p. 27), preferiam-se as moças novas, pelos laços de submissão e dependências que se formaria o quanto antes, já que os serviços da casa requeriam uma maior intimidade, preferiam meninas novas para educar conforme os costumes dos seus senhores.

Outra ocupação que exigia uma maior intimidade com a famílias, eram as amas-de-leite, apareciam nos anúncios na modalidade de aluguel e venda, porém nem todas as escravas eram aptas para essa atividade, dependia se as escravas estavam em tempo de lactação ou não, ou se estavam dentro dos critérios exigidos (SOARES, 1994, p.31). No período colonial, as mulheres brancas não tinham por hábito amamentar seus filhos, devido muitas das vezes estarem fora das condições, ou até mesmo por gestações com pouco intervalo de tempo (MOTT, 1988, p.22), em Portugal o costume de relegar a amamentação era uma questão de moda ou status (FREYRE, 1988, p.359), já no Brasil as amas de leites serviram para atender a uma necessidade higiênica, período este que não havia mamadeiras, leite em pó, podemos avaliar a importância que amas de leite adquiriram neste contexto.

Vende-se uma escrava de idade de 16 anos a 18 anos própria para Ama de leite, por lhe ter morrido o filho na ocasião do parto, também lavar roupa. Quem a pretender dirija-se a travessa do S. Matheus casa n° 65, próxima a rocinha do senhor Jaime Bricio. (Treze de maio, n° 555, 12 de novembro de 1845, p.4).

Aluga-se para Ama de Leite, huma crioula com cria, e muito sadia, por 320 réis diários, quem pretender dirija-se a Rocinha que foi do Sr. Lagos. (Treze de maio, n° 499, 19 de abril de 1845).

Precisa-se de huma Ama de Leite fora ou escrava, que seja bem sadia, e se for sem cria não se duvidará pagar melhor, quem se achar nessas circunstâncias dirija-se a Rocinha que foi do falecido Coronel Joaquina Felipe para tratar do ajuste. (O paraense, n° 24, 10 de agosto de 1843, p.4).

Com relação as amas de leite, trouxemos para a análise três anúncios, de venda, aluguel e procura. Nos anúncios era corriqueiro descreverem a idade da escrava e o motivo pela qual ela teria leite, geralmente se anunciava o motivo, principalmente quando elas teriam perdido o filho, pois escravas com filhos, eram mais difíceis de ser vendida como amas de leite, e quando possuíam filhos, no caso do anúncio de aluguel, o anuncio destacavam outros atrativos ou qualidades – “muito sadia” –, era recorrente destacar que a escrava era jovem e sadia, e, portanto, era adequada para amamentar. Além da venda e aluguel, nos anúncios dos jornais, havia a procura pelos serviços, e

sempre procuravam por amas sadias e sem filhos – “que seja bem sadia, e se for sem cria não se duvidará pagar melhor” – o motivo da escrava não possui filho, era uma das exigências do comprador, e que por este motivo, poderia até pagar melhor. Segundo Soares (1994, p. 31), “As crias eram consideradas um peso para muitos senhores, pelo menos até crescerem e poderem ser lançadas no mercado de trabalho”.

Como nos anúncios das escravas domésticas, nos anúncios das amas de leite também apresentam local no qual o comprador deveria se dirigir, e com quem deveria falar. Assim podemos perceber que havia uma semelhança entre quase todos os anúncios, geralmente seguia se uma ordem, onde se anunciava primeiramente quem estava a aluguel ou a venda, segundo as qualidades seguidas de elogios, e por último o local e o nome do negociador.

Os anúncios a seguir publicados no jornal Treze de Maio (1854) e no Gazeta Oficial (1859), mostra que amas de leites se diferenciavam das demais escravas, devida a outras especialidades que estas poderiam realizar. No anúncio abaixo se observa essa diferença, pois a escrava, além de ama de leite sabe realizar todo serviço de casa: “*Aluga-se uma escrava, sem filho, para ama de leite, sabe fazer todo o serviço de uma casa, quem pretender, dirija se a rua do Espirito Santo, casa n° 7*” (Gazeta Oficial, 12 de julho de 1859, n° 152, p. 4). Havia nos anúncios a prescrição de outros serviços que amas de leite poderiam fazer. “*Preciza-se alugar huma ama de leite sem cria, será preferida, assim como, que saiba engomar; nesta tipografia se dirá o pretendente*” (Treze de Maio, 25 de abril de 1854, n° 322, p. 4). A procura por mulheres negras que poderiam realizar outras tarefas, além de ser ama de leite, era corriqueiro, no anuncio acima a pessoa precisava de uma de ama, que também soubesse engomar. Além do mais, nos anúncios há outras referências, informações sobre a saúde, idade, se ela tem filhos, além de informações sobre o local a onde seria feita tratado a compra ou venda.

Damiana Guimarães Gutierrez (2013), realizou um estudo sobre as amas de leite na cidade de Belém no século XIX, e constatou que no momento da escolha da ama, algumas características eram importantes – “escolhiam-se, dentre as negras escravas da senzala, as mais limpas, bonitas, sadias, robusta e principalmente as que demonstrassem jeito carinhoso para lhe dar com as crianças”. E que ama de leite nos anos oitocentos, foi sem dúvida, muito importante dentro do contexto social, uma vez que elas, foram a única “alternativa encontrada por muitas famílias para atender a incapacidade de muitas mães em amentar seu filho em decorrências de sucessivas gestações” (Ibidem, p. 152, 153). Assim a escrava, quando mãe, podia se tornar escravas de ganho e gerar lucros para seus senhores.

Das atividades aqui já citadas praticadas pelas trabalhadoras escravas, e comprovadas através dos anúncios de jornais, podemos concluir que as escravas de ganho efetuavam tais atividades, e em muitos casos possuíam mais de uma habilidade, não foi um dos nossos objetivos quantificar quantas vezes as escravas apareciam nos anúncios dos jornais, mas sim analisar os tipos de trabalhos que realizavam enquanto escravas de ganho, e de acordo com anúncios analisados, as mulheres negras ocupavam as atividades de: lavadeira, cozinheira, engomadeira, costureira, vendedora, compradeira, doceira, rendeira e ama de leite. Grande parte dos anúncios revelam que as escravas estiveram ligadas as atividades do lar, e nem por isto foram excluídas do âmbito das ruas.

Tais anúncios, se encontravam fartamente nos periódicos do período pós cabanagem, principalmente no Treze de Maio, que era um jornal de caráter comercial, sendo que as vezes em um mesmo jornal continha três ou mais anúncios de venda e aluguel de escravos, que se misturavam com as outras ofertas, ofertas de objetos, comidas, aluguéis, etc., nesse sentido os escravos recebiam o mesmo tratamento que os objetos que eram vendidos juntamente. Segundo Lilia Schwartz (1987), os escravos eram descritos como objetos em liquidação.

Geralmente a venda, o aluguel e a procura das escravas de ganho, estavam localizadas na terceira ou quarta página do jornal, na coluna de “AVIZOS”, nesses anúncios os escravos eram exibidos como “coisa” que estavam sendo anunciadas, para quem interessasse, e se misturavam a outros anúncios de venda, como a venda peixe, de café, de objetos, alugueis de casas e salas, percebemos que as escravas recebiam o mesmo tratamento, ao nível da linguagem. Nesses anúncios, ofereciam se as escravas, com afirmações positivas sobre as suas atividades ou qualidades, isso se dava, de certa forma, como uma maneira de chamar atenção dos interessados em adquirir os serviços da escrava, os anunciantes, portanto exaltavam as características positivas e morais dos cativos oferecidos, para garantir a excelência das “mercadorias”.

Entre a “liberdade” e o controle.

A negra de ganho, ao sair do convívio senhorial, para efetuar os serviços, se afastava do controle dos seus senhores, o que não significou se livrar de outros tipos de controle, a escrava ao pisar fora da casa do seu senhor, o controle sobre ela só aumentava, e estava regulamentada por leis, posturas, decretos, que infringidas se transformariam em multas, prisão e chicotadas (ALGRANTI, 1988).

Conforme o contrato verbal que havia entre senhor e a escrava, a escrava sairia da propriedade do seu senhor para trabalhar no âmbito da rua, realizar seu trabalho,

voltar ao final do dia, ou no final da semana se caso dormisse fora, e lhe pagar a quantia previamente estabelecida entre eles. Na rua, na praça, ou no mercado sem controle ou supervisão direta, por parte do seu senhor, as escravas não tinham tão livre arbítrio, como imaginamos. Vicente Salles (1971, p.174) ao mencionar que os negros de ganho “gozavam de relativa liberdade”, refere-se a liberdade do escravo poder sair do lar do senhor, e realizar seu trabalho para fora, pelas ruas, e não a uma liberdade da qual o escravo estaria livre do controle do senhor, e das autoridades.

Em Belém, assim como em outras cidades do Brasil, as circulações de escravos pelas ruas eram controladas pelas autoridades do estado, e estabelecidas por Leis e decretos que regulamentavam a ida e vinda desses trabalhadores, e estabeleciam muitas das vezes o que eles podiam vender. Em São Paulo, Odila Dias (1988), observou que o escravo de ganho, que circulava livremente pela cidade, eram alvos das ocorrências policiais, e que devido a agitação da cidade urbana, havia uma dificuldade em controlar essas atividades. Devido a isso, as atividades de venda das mulheres negras eram controladas por licenças e impostos, e que não cumpridas, resultavam em multa.

As escravas mulheres apareciam profusamente nos registros de multas municipais, a grande maioria envolvida no pequeno comércio de rua, vendendo gêneros alimentícios sem almotaaçar, ou gêneros de estanco, sem devidas guias, licenças e impostos(...). Sucediã-se as denúncias contra as escravas que atravessavam peixe pelas estradas ou toucinho fora das casinhas (...). Entre 1834 e 1871, sucediam-se, posturas que dificultavam a livre circulação de escravos no comércio ambulante; foram reiterados vezes proibidos de vender sem bilhetes e licenças expressas dos proprietários, elevando se a multa. (DIAS, 1988, p. 145).

Os códigos de posturas que regulamentavam o trabalho dos escravos nas ruas de São Paulo, segundo Dias (Ibidem), proibiam os escravos de vender sem bilhetes, de estarem vendendo após o toque de recolher, além disso, eles teriam que está devidamente bem vestidos e com suas quitandas bem varridas e limpas. Em São Paulo, muitas das proprietárias de escravas indisciplinados, se endividaram e até empobreciam, devidas as multas ou taxas cobradas pelos escravos presos.

Na cidade de Belém não foi diferente, o trabalho de ganho, era regulamentado por Leis e decretos. Em 1838, Baena escrevia que:

(...)a conduta de uma grande parte dos chefes de família, que por segurar o ganho de meia pataca diurna dos seus escravos não restejam os meios de que estes servem para adquirir o salário; mas antes permitem que eles consumam o tempo à sua vontade; que pernoitem fora das casas, e vaguem pela cidade,

deste modo os mesmos senhores são a causa de todas a possibilidade de comunicar com foragidos militares e marítimos, e escravos, e até com flagiciosos, que cobertos da treva da noite lhes trazem todas as suas aquisições pela maior parte depredatórias para permutar opor farinhas, tabaco, sabão, armas de fogo, pólvora, chumbo etc.; de cuja traficância sórdida, e grangearia criminosa provém aos escravos e não sómente o que precisam para satisfazer a seus senhores, mas muito principalmente o que basta para nutrir o seus vícios, e seus dissolutos costumes com que depravam os outros da sua condição, e circunstâncias, empregando noites e dias em os iniciar o mistério dos nefários projetos (BAENA, 1969, p. 331) .

Baena falava, que devido os senhores viverem do trabalho de ganho dos seus escravos, e estes ficarem até tarde na rua, elas causavam desordens na cidade, e isto deu início aos “nefários projetos”, que fez com que medidas mais severas fossem tomadas pelo estado. Uma vez que, o comércio estabelecido por escravos, começou a se mostrar prejudicial a ordem da cidade, foram introduzidos os Códigos de posturas Municipais, artigo que proibia os escravos de vender mercadorias e de alugar casas.

Art. 105. Ninguém poderá alugar casas para nelas morarem escravos, sem que obtenhão licença por escripto de seus senhores, sob pena de incorrer o infractor na multa de dez mil réis, ou quatro dias de prisão.

Art. 106. Os escravos que forem encontrados de noite desde o toque de recolher até o d’ alvorada, a mandado, e assignado com declaração do nome do escravo, ou sem lanterna, facho, ou archote, serão conduzidos debaixo de prisão á presença da autoridade competente e os senhores incorrerão na multa de dois mil réis ou hum dia de prisão. (**Fonte:** Coleção das leis da província do Gran-Pará, tomox, 1848 (1ª parte), capitulo 12, art. 105, 106, p. 73)

A legislação que regulamentou a atividade de ganho na cidade de Belém foi o código de posturas municipais, do ano de 1848, retificado e estabelecido novamente em 9 de abril de 1851, especialmente nos artigos 105 e 106. No artigo 105, do vigésimo segundo capítulo: “*Dos jogos proibidos e escravo*”, era proibido alugar casa para escravos, salvo se estes tivessem licença dos seus senhores, e que alugasse casa para escravos sem licença podiam ser multados em dez mil réis, ou em quatro dias de prisão. Já no artigo 106, proibia os escravos de permanecerem nas ruas após o toque de recolher, e se fossem pegos sem bilhete de licença assinado pelos seus senhores, contendo o nome escravo, eram levados para a prisão e seus senhores multados em dois mil réis, ou ainda passavam um dia na prisão. Na figura abaixo, podemos observar os artigos que tratam da proibição.

A atividade de ganho era regulamentada em leis e códigos, mais também no Regulamento do Mercado Público no artigo 54 – “*não serão admitidos prêtos<sic> de*

ganho demorado dentro da praça, e os escravos que ali forem mandados por seus senhores fazer compra não deveram demorar-se além do tempo necessário para efetuá-las” (C.L.P.G.P., t. 24, parte 2.). Não somente os escravos que iam realizar as comprar estavam sobre o controle das autoridades, os escravos que eram compradores também eram vigiados e controlados pelo estado.

A circulação de escravos e escravas nas ruas de Belém, preocupavam as autoridades que tinham por objetivo limitar os espaços de circulação, ocupação e autonomia dos cativos. Uma das medidas tomadas foram as leis que proibiam os escravos de permanecerem na rua, uma vez que as autoridades temiam o “ajuntamento”, principalmente dos escravos. A explicação se encontra, na memória, pois a Cabanagem ocorrida anos antes, ainda trazia lembranças recentes na memória da elite, da mesma forma que poderia alimentar as ideias entre a população cativa.

Desse modo, a dita “liberdade”, dos trabalhadores cativos de Belém, não estava restringida das limitações. “Moradia, jornada de trabalho, mobilidade, vestimenta, conversas de esquinas despreziosas ou não, acesso a bebidas, determinadas atividades laborais, tudo isso era controlado quando os sujeitos envolvidos eram os escravos”. (PALHA, 2001, p. 119). Em suma podemos observar que as referidas leis que proibiam os ajuntamentos tratavam, ao mesmo tempo, da regulamentação de algumas atividades na cidade, por mais que estas tivessem um tempo para serem efetuadas, a exemplo a venda e a compra, eram regularizadas pelas mesmas leis que proibiam a permanência deste após o toque de recolhida.

Considerações finais

Durante este trabalho evidenciou a presença marcante da escrava feminina na cidade de Belém, principalmente no período pós cabanagem quando se intensifica o número da presença escrava nos anúncios dos periódicos de maior circulação no Grão-Pará, durante esse período pode observar que as escravas de ganho, eram anunciadas constantemente em diversas modalidades, desde do aluguel, venda e até compra, exibiam-se nos anúncios as suas funções elogios as qualidades, idade, nome do vendedor ou do comprador, e a rua onde morava o negociante. Constatei ainda, através destes anúncios, as funções nas quais as escravas eram empregadas, que na maioria das vezes não se limitava a único tipo de trabalho, principalmente quando eram destinadas ao serviço da casa, realizavam diversas atividades que iam desde dos serviços da casa a lavagem de roupas, e em alguns casos, entravam a noite para realizar suas vendas de ganho, e durante esse trajeto que realizavam pelas ruas, possuíam certas mobilidades, por mais que fossem vigiadas pelas autoridades e

controladas pelas Leis e pelos Códigos de postura que regulamentavam a sua presença na rua e no mercado, elas não deixaram de traçar esses laços de relacionamentos e sociabilidades.

Essa perspectiva da história das mulheres entrelaçada com a história da escravidão foi possível devido aos estudos de gêneros e da história social da escravidão dos anos de 1980, que passou a estudar o processo da escravidão a partir da visão dos próprios escravizados, enquanto ao gênero possibilitou trazer o olhar a própria subjetividade para história das mulheres negras. Concluo então que pretendo contribuir para a história da escravidão e principalmente para a historiografia das mulheres negras na Amazônia durante os anos de 1840-1860.

REFERÊNCIAS

FONTES – Jornais: O Paraense (dezembro de 1842 a março de 1844), Treze de Maio (1845 a 1849), Gazeta Oficial (1859), O Planeta (1849,1859, 1851), Treze de Maio (1840-1842) e O publicador Paraense (1849)

Discursos, Falas e Relatórios: *Discurso recitado pelo exmo. Snr. Doutor Bernardo de Sousa Franco, presidente da Província do Pará quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839. Pará, Typ. De Santos & menor, 1839.*

Falla dirigida pelo exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Gran-Pará, a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1848. Pará, Typ. De Santos & filhos, 1848.

Legislação Provincial: Coleção das Leis da Província do Gram Pará, tomox, 1848 (1ª parte), artigo 105 e Regulamento do mercado público, artigo 54.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. Petrópolis, Vozes, 1988.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará. Coleção Amazônia. Serie José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 30, Conselho Editorial, 2004.

BATES, Henry Walter. Um Naturalista no Rio Amazonas. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo; Edusp, 1979.

BATISTA, Luciana M. As Formas de acumulação e a Economia da Borracha no Grão-Pará, 1840-1870. In: Aldrin Figueiredo e Moema Alves (Org.). Tesouros da Memória: história e patrimônio no Grão-Pará. Belém: Ministério da Fazenda – Museu de Arte de Belém, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. “A Cabanagem: a revolução no Pará”. In: ALVES FILHO, Armando, SOUZA JUNIOR, José Alves & BEZERRA NETO, José Maia. Pontos de História da Amazônia. Volume I. Belém: Paka-Tatu, 2001. p. 73-102.

- BEZZERA NETO, José Maia. Fugindo, Sempre Fugindo: escravidão, fugas escravas, e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888). 2000. 396. Dissertação de mestrado. Instituto de filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2.ed. rev., São Paulo: Brasiliense, 1995. (1ª edição, 1984).
- GIACOMINI, Sônia M. Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988
- GUTIERRES, Damiana Valente Guimarães. No colo da ama de leite: a prática cultural da amamentação e dos cuidados das crianças na província do Grão-Pará no século XIX. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará. 2013, p. 164.
- LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro História". In BURKE, Peter (org.) A Escrita da História - novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992. p.133-161.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza, Metodologia qualitativa de pesquisa. IN: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MATOSSO, Katia de Queirós. Ser Escravo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MOTT, Maria L.B. A Mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.
- MOURA, Danielle Figueiredo. Economia e ideias de civilização no contexto da Cabanagem. In: Aldrin Figueiredo e Moema Alves (Org.). Tesouros da Memória: história e patrimônio no Grão-Pará. Belém: Ministério da Fazenda – Museu de Arte de Belém, 2009.
- PALHA, Bárbara da Fonseca. Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.
- PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: Edusc, 2005.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. Publicação original: SILVA, Zélia (org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.
- ALVES, Adriana Dantas. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, Aracaju, V.6, N.2, out. 2017. p. 11 – 28.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. "O Grão-Pará e o Maranhão". In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1978 [1962], v.2, t.3, p.243.
- REIS, Liana Maria. Mulheres de Ouro: as negras de tabuleiro nas minas gerais do século XVIII. Belo Horizonte. Revista do departamento de história 8, 1989, p.72 a 85.
- SALLES, Vicente. O negro no Pará. Sob o regime da escravidão. Fundação Getúlio Vargas em convênio com a Universidade Federal do Pará. Rio de Janeiro – GB – Brasil – 1971.
- SCHWARCZ. Lilia. Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos, em São Paulo no final do século XIX. 1987.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira. Negro na Rua. A nova Face da Escravidão. São Paulo, HUCITEC, 1988.
- SOARES, Cecília Moreira. Mulher Negra na Bahia do Século XIX. (Dissertação de mestrado) UFBA, Salvador 1994.